

Espírito Santo. Entre as fraudes estão beneficiários que já morreram e os com renda superior a R\$ 120

Bolsa-Família: mais de 7 mil benefícios sob suspeita

Até políticos eleitos são beneficiados pelo programa; no Estado, três deles estariam na lista

CIDA ALVES

cidalves@redgazeta.com.br

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou indícios de que mais de 7,6 mil famílias no Estado recebem o Bolsa-Família indevidamente. Ao todo, 186 mil famílias são assistidas pelo programa no Espírito Santo.

Entre as fraudes detectadas, no Estado e no país, estão beneficiários que já morreram, que são políticos eleitos – e por lei não podem receber o benefício – ou que têm renda superior a R\$ 120,00, máximo permitido na época do cadastro, em março de 2007.

No Estado, o caso mais comum de fraude foi a omissão de renda na hora de fazer o cadastro do Bolsa-Família para poder ser incluído no programa. Em segundo lugar, estão beneficiários donos de veículos incompatíveis com a renda declarada.

Em todo o país, são mais de 300 mil famílias em situação irregular. O benefício atinge cerca de 72 milhões de brasileiros. Por ano, o governo gasta R\$ 26 bilhões no Bolsa-Família.

“Se confirmadas as fraudes, a economia nos cofres públicos, com a suspensão desses

Os indícios de fraude

■ TITULARES DUAS VEZES NA LISTA

Espírito Santo: 109
Brasil: 10.194

■ FAMÍLIAS COM RENDA MAIOR QUE R\$ 120,00 POR PESSOA

Espírito Santo: 37
Brasil: 933

■ TITULARES FALECIDOS

Espírito Santo: 43
Brasil: 3.791

■ TITULARES COM VEÍCULO INCOMPATÍVEL A RENDA DECLARADA

Espírito Santo: 2.651
Brasil: 106.420

■ OMISSÃO DE RENDA NO CADASTRAMENTO

Espírito Santo: 4.851
Brasil: 195.330

■ POLÍTICOS ELEITOS QUE RECEBEM O BENEFÍCIO

Espírito Santo: 03
Brasil: 577

■ TOTAL DE FAMÍLIAS IRREGULARES

Espírito Santo: 7.692
Brasil: 317.237

Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU)

benefícios, chegará a R\$ 318 milhões por ano”, afirmou o ministro do TCU e relator da auditoria, Augusto Nardes.

POLÍTICOS

Há três políticos no Estado que estariam na lista de recebimento do benefício. “No momento, não vamos expor o nome desses políticos, porque precisamos confirmar se eles assumiram seus cargos públicos e se estão recebendo o dinheiro do programa”, explicou o ministro.

Mas Nardes já pediu ao ministério do Desenvolvimento e Combate à Pobreza que retire do Cadastro Único do

programa os nomes de 577 políticos e outros 30 mil suplentes que estariam recebendo o Bolsa-Família.

O relatório da auditoria foi enviado para Polícia Federal, Ministério Público da União, Controladoria da União e todos os órgãos ligados ao Programa Bolsa-Família.

Foi dado um prazo de 90 dias para que sejam tomadas as medidas necessárias. “Caso elas não sejam cumpridas, os gestores do programa podem ser penalizados com multa ou até perda do cargo”, disse Nardes. O MP podem pedir também a devolução do dinheiro pago.

Perfil



Em todo o país, há **72 milhões** de brasileiros atendidos pelo programa.

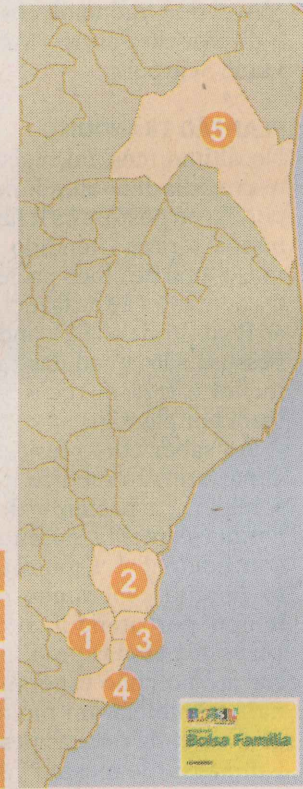


Por ano, são gastos **R\$ 26 bilhões** com o pagamento do benefício.

O Espírito Santo possui **186.819** famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família.

Os municípios com maior número de famílias cadastradas são:

1	Cariacica	18.985
2	Serra	18.732
3	Vitória	10.313
4	Vila Velha	11.014
5	São Mateus	6.199



O Bolsa-Família paga três tipos de benefício

Básico
no valor de R\$ 62

Por família extremamente pobre, com renda per capita inferior a R\$ 70

Variável
no valor de R\$ 20

Para famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 137 por pessoa, que tenham até três crianças

Variável
no valor de R\$ 30

Pago a famílias pobres com até dois adolescentes, de até 17 anos

• Para recebimento do benefício, crianças têm que ter frequência mínima na escola de 85%, enquanto adolescentes devem frequentar no mínimo 75% das aulas.

• Na Saúde, é exigido acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das mães que amamentam na faixa etária de 14 a 44 anos.

• O desrespeito às condicionalidades, na Educação e na Saúde, implica em três medidas: bloqueio, advertência, suspensão ou cancelamento do benefício

• Só a partir de 2006 o governo adotou maior controle sobre a frequência escolar dos estudantes beneficiados pelo Bolsa-Família. A partir deste ano, a meta é avaliar também o desempenho desses alunos

Famílias terão que se recadastrar até agosto deste ano

Das 186.819 beneficiárias no Estado, 58.092 terão que fazer o recadastramento

Das 186.819 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família no Espírito, 58.092 terão que se recadastrar, até agosto deste ano. Quem não o fizer terá o benefício cortado.

O recadastramento das famílias é feito de dois em dois anos. O programa - instituído pelo governo federal em outubro de 2003, com o objetivo de promover o alívio imediato da pobreza - beneficia famílias com renda per capita igual ou inferior R\$ 137,00.

PERCENTUAL

O município com o maior percentual de famílias a serem recadastradas no Espírito Santo é Atílio Vivacqua. Das 742 beneficiadas pelo Bolsa Família no local, 666 (89,76%) têm que fazer o recadastramento.

Em segundo lugar, está São Domingos do Norte, com 797 beneficiárias e 86,83% necessitando de recadastramento. O menor número previsto no Estado é no município de Vila Valério, que tem 952 famílias recebendo a transferência de renda do governo federal, e, desse total, 35 devem ser recadastradas.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as cidades devem atualizar os dados dos beneficiários do Programa Bolsa-Família até 31 de agosto, visando a evitar bloqueios e, posteriormente, a suspensões no pagamento do

benefício das famílias.

Pelo menos a cada dois anos, os cadastros devem ser necessariamente atualizados. Na atualização cadastral, são checadas todas as informações já registradas no Cadastro Único.

É necessário cuidado na verificação dos seguintes campos: endereço domiciliar, renda familiar, inclusão e/ou exclusão de membros da família, inclusão de documento de controle nacional (CPF ou Título de Eleitor) e substituição de responsável familiar. Se as informações da família permanecerem idênticas (sem nenhuma modificação), o município deve confirmar os dados e retransmiti-los à base nacional, atualizando somente a data de pesquisa (campo 103 do formulário). *(Claudia Feliz)*

Beneficiados

31,1% recadastro

Esse é o percentual de famílias beneficiadas pelo Bolsa-Família no Espírito Santo que terão que se recadastrar até agosto

18.985 famílias

É o número de beneficiárias do Bolsa-Família de Cariacica, município com o maior número de famílias que recebem o benefício no Estado

Dados dos municípios do Estado

Município	Quantidade de famílias a recadastrar	Famílias beneficiárias	Percentual de famílias a se recadastrar
Afonso Cláudio	466	3.073	15,16%
Água Branca	72	971	7,42%
Água Doce do Norte	162	1.700	9,53%
Alegre	1.073	2.700	39,74%
Alfredo Chaves	49	926	5,29%
Alto Rio Novo	187	665	28,12%
Anchieta	94	1.104	8,51%
Apiacá	41	601	6,82%
Aracruz	2.273	4.533	50,14%
Atílio Vivacqua	666	742	89,76%
Baixo Guandu	234	2.080	11,25%
Barra de São Francisco	579	3.576	16,19%
Boa Esperança	252	1.409	17,89%
Bom Jesus do Norte	277	668	41,47%
Brejetuba	330	983	33,57%
Cachoeiro de Itapemirim	909	5.905	15,39%
Cariacica	6.989	18.985	36,81%
Castelo	387	1.284	30,14%
Colatina	1.281	5.726	22,37%
Conceição da Barra	506	2.896	17,47%
Conceição do Castelo	116	679	17,38%
Divino de São Lourenço	102	542	18,82%
Domingos Martins	914	1.938	47,16%
Dores do Rio Preto	113	406	27,83%
Ecoporanga	728	3.086	23,59%
Fundão	48	898	5,35%
Governador Lindenberg	96	627	15,31%
Guacuí	772	1.780	43,37%
Guarapari	1.427	4.958	28,78%
Ibatiba	673	1.393	48,31%
Ibiracá	61	417	14,63%
Ibitirama	137	683	20,06%
Iconha	54	594	9,09%
Irupi	141	670	21,04%
Itaquacu	183	1.109	16,50%
Itapemirim	330	2.699	12,23%
Itarana	286	775	36,90%
Luna	647	1.838	35,20%
Jaquaré	165	1.699	9,71%
Jerônimo Monteiro	361	831	43,44%
João Neiva	70	689	10,16%
Laranja da Terra	464	1.172	39,59%
Linhães	1.283	6.640	19,32%
Mantenópolis	438	1.379	31,76%
Marataizes	893	2.599	34,36%
Marechal Floriano	408	663	61,54%
Mariândia	69	715	9,65%
Mimoso do Sul	636	2.121	29,99%
Montanha	268	2.106	12,73%
Mucurici	82	856	9,58%
Muniz Freire	519	1.440	36,04%
Muqui	321	1.002	32,04%
Nova Venécia	538	2.739	19,64%
Pancas	428	2.499	17,13%
Pedro Canario	300	2.502	11,99%
Pinheiros	487	2.462	19,78%
Prúma	453	1.086	41,71%
Ponto Belo	96	979	9,81%
Presidente Kennedy	749	1.301	57,57%
Rio Bananal	54	1.164	4,64%
Rio Novo do Sul	98	468	20,94%
Santa Leopoldina	762	1.145	66,55%
Santa Maria de Jetiba	324	949	34,14%
Santa Teresa	251	1.193	21,04%
São Domingos do Norte	692	797	86,83%
São Gabriel da Palha	232	1.603	14,47%
São José do Calçado	491	862	56,96%
São Mateus	2.589	6.199	41,76%
São Roque do Canaã	229	479	47,81%
Serra	7.752	18.732	41,38%
Sooretama	369	1.639	22,51%
Vargem Alta	142	1.001	14,19%
Venda Nova do Imigrante	342	913	37,46%
Viana	499	3.442	14,50%
Vila Pavão	240	855	28,07%
Vila Valério	35	952	3,68%
Vila Velha	5.110	11.014	46,40%
Vitória	5.196	10.313	50,38%
Total	58.092	186.819	31,10%

Minientrevista

CLAUDIA VADDINI

Coordenadora-Geral de Gestão de Condicionalidades do Bolsa-Família

“Não tem como fiscalizar a totalidade de informações”

CLAUDIA FELIZ

cfeliz@redegazeta.com.br

Embora o Programa Bolsa-Família sofra auditorias sistemáticas, feitas, anualmente, pelo Tribunal de Contas da União, a coordenadora-geral de Gestão de Condicionalidades do Bolsa-Família, ligada à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Claudia Vaddini, admite: “Sempre tem uma coisa ou outra, porque é um programa muito grande, e a gente não tem como controlar a totalidade de informações passadas pelas famílias”

■ Há falhas no controle do Bolsa-Família?

Faz parte da gestão do programa a realização de auditoria, feita anualmente pelo Tribunal de Contas da União. A fonte de informações é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que passa por auditorias anuais. Também é feito o cruzamento de dados com Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que controla as atividades trabalhistas. Os municípios têm que fazer atualização de cadastro. Mas o programa é muito grande, e a gente não tem como controlar a totalidade de informações passadas pelas famílias. Sempre passa alguma coisa.

■ Que benefícios o programa já levou às famílias?

O Bolsa-Família dinamiza as economias locais. Oitenta por cento do que as famílias recebem é aplicado em alimentos. A transferência é grande. Famílias com vulnerabilidade muito grande têm uma alimentação melhorada, diversificada; passam a ter acesso a material escolar. Uma outra questão fundamental do programa é fazer com que as famílias possam romper com o ciclo de pobreza no qual se encontram. E a gente entende que trabalhar as áreas de saúde e educação é fundamental para isso.

■ Um estudo já mostrou falhas no controle de frequência de alunos. Também não há cobrança sobre o desempenho escolar dos beneficiados pelo Bolsa-Família?

O objetivo inicial do programa era fazer com que as famílias mantivessem suas crianças na escola. Para as crianças e jovens de 6 a 15 anos, a frequência mínima exigida é de 85%. Já para as maiores, de 16 e 17 anos, de 75%. Não há ainda acompanhamento do desempenho escolar. A partir deste ano, vamos ter uma série de três anos - a partir do acompanhamento iniciado desde de 2006 - para medirmos o desempenho dos alunos. Entre 2004 e 2006, o número de famílias beneficiárias passou de 4 milhões para 11,1 milhões.

■ O descumprimento às regras para recebimento da bolsa já geraram punições?

Já atingimos 123 mil cancelamentos de bolsas, desde 2006, mas o número de notificações por ausência de crianças na escola passa dos 3,5 milhões. A maioria dos notificados corrige o problema e não sofre o corte.